



**COMISSÃO LOCAL DE FACILITAÇÃO DE COMÉRCIO DA ALFÂNDEGA DO AEROPORTO
INTERNACIONAL EDUARDO GOMES E DA ALFÂNDEGA DO PORTO DE MANAUS - COLFAC
CONJUNTA ALF/AEG E ALF/MNS**

REUNIÃO DA COLFAC

ATA

24/06/2021, quinta-feira, às 14h
ALF/MNS via Microsoft Teams

PARTICIPANTES

Cristiano de Sousa Demboski	Delegado Titular ALF/AEG
José Alves Dias	Delegado Titular ALF/MNS
Adail Santiago Bandeira	MAPA
Arnaldo Schneider	CIEAM
Wilson de Oliveira	AURORA-EADI
Joabe de França Barros	SUPER TERMINAIS
Roberto Campos	FIEAM
Eric Uchoã	CHIBATÃO
Aldecir de Oliveira	INFRAERO
Sérgio Sabino	ANVISA

1. ABERTURA

Às 14h do dia 24/06/2021, em Manaus/AM, por meio da plataforma Microsoft Teams, realizou-se a reunião online da Comissão Local de Facilitação do Comércio - Colfac, com representantes da ALF/MNS, ALF/AEG, FIEAM, CIEAM, AURORA-EADI, CHIBATÃO, INFRAERO, ANVISA, MAPA e SUPER TERMINAIS.

Após abertura da reunião pelo Delegado da Alfândega do Porto de Manaus, José Alves Dias, a Auditora-Fiscal Fernanda Printes procedeu à leitura da Ata da reunião ocorrida no dia 27/05/2021, a qual foi aprovada por unanimidade. Em seguida, passou-se a discorrer sobre os pontos pendentes da última reunião.

2. TEMAS PENDENTES DA ÚLTIMA REUNIÃO

O Delegado da Alfândega do Porto informou que foi realizada uma reunião com a Coana, relativamente à questão da Colfac. Pontuou que as Atas das reuniões da Comissão são todas registradas e enviadas à Colfac, contendo as projeções nacionais da RFB, representada pela Coana, do Mapa e da Anvisa. Informou sobre algumas mudanças de diretrizes em relação à Comissão de Facilitação, informadas em reunião. Uma delas seria a reformulação da Portaria Conjunta que cuida da Comissão. Uma das alterações se refere à frequência das reuniões que devem passar a ter a periodicidade trimestral e com possibilidade de reuniões em menor tempo, a depender da relevância, complexidade dos assuntos e demandas às Alfândegas.

Ainda com a palavra, o Delegado comunicou que a Comissão Nacional pretende possibilitar uma maior participação de convidados nas reuniões. Não como participantes ativos, mas como ouvintes. O objetivo é tornar o trabalho o mais transparente possível, permitindo que a sociedade, de forma geral, tome conhecimento dos assuntos discutidos.

Na sequência, inteirou sobre o tema referente ao aumento das unidades, assunto que deve constar na nova portaria. Atualmente, são 15 unidades de Comissões Locais de Facilitação, mas devem ser ampliadas e estendidas para todo o Brasil. Dessa forma, a ideia seria que todas as unidades aduaneiras tivessem uma Comissão.

Relatou que foi noticiado sobre a nova portaria de Alfandegamento, que está prestes a ser lançada. A Portaria traz a obrigatoriedade da conferência remota, que atualmente é realizada de forma opcional nos recintos portuários.

O Delegado da Alfândega do Porto comentou sobre a implementação do Módulo de Recinto no Portal Único Siscomex, com previsão de lançamento até o final do ano. O programa será implementado com a finalidade de facilitar a observação de toda a movimentação real da carga, o que possibilitará o acompanhamento, pela RFB e pelos intervenientes, dentro de um determinado nível, da operação de carga, desde a chegada no recinto até que esteja em posse do importador. O objetivo é realizar a operação com a maior previsibilidade possível ao usuário e com segurança aos anuentes.

A seguir, informou que estão recebendo um feedback mais efetivo da Comissão Nacional. Reforçou que as Atas estão sendo bem trabalhadas para que os encaminhamentos de relevância sejam todos registrados e enviados à Comissão. Exemplificou com o tema referente à Duimp, preocupação registrada em Ata, que trata da questão da listagem dos insumos *versus* catálogo de produtos. Informou que o Auditor-Fiscal Helton Carlos, que cuida do assunto na Coana, tentou contato com a Suframa e Cieam. O Delegado mencionou que esse contato deve ser reestabelecido para que a conversa sobre o tema possa fluir.

Outro problema identificado que também é pauta de discussão pela Coana está relacionado ao limite de registro das DCIs individuais, um limite de cem notas. Quanto ao tema, está sendo estudada uma possível alteração do sistema.

Em relação ao Mapa, o Delegado registrou um agradecimento ao esforço feito pelos colegas, tendo em vista a falta de estrutura que impacta na participação dos representantes do Órgão em algumas reuniões. Reforçou que o assunto foi debatido com a Vigiagro Nacional, visando ofertar melhores condições de trabalho.

Ainda com a palavra, comunicou que o problema da OEA relatado na Comissão foi levado ao Centro Nacional de OEA, que coordena todo esse trabalho de operador econômico autorizado. Salientou que é uma situação difícil de ser tratada no Confaz por toda a complexidade do andamento

que essa discussão gera. A ideia é que a questão seja tratada pela RFB de forma local com a Secretaria de Fazenda, Cieam, Fieam e interessados, visando um encaminhamento da questão.

O Chefe do Sedad, Auditor-Fiscal Ricardo Gomes, comentou sobre a publicação do ADE Coana nº 2, que trata da implantação de TI e sistemas de comunicação nos recintos. Segundo o Chefe do Sedad, a Alfandega do Porto já estaria disponibilizando equipamentos para os analistas lotados nos recintos.

3. TEMAS RELACIONADOS À RECEITA FEDERAL

A) Pauta de Assuntos das Alfândegas do Aeroporto e Porto

O Delegado da Alfândega do Aeroporto, Auditor-Fiscal Cristiano Demboski, expôs uma análise dos dados sobre o tempo de liberação de cargas. Comentou que no final do ano de 2020 a RFB liberou o Time Release Study, uma metodologia da OMA para análise da fluidez das mercadorias na zona primária, de todo o processo de importação. Relembrou que a apresentação dos números e dados foi sugestão dos membros da Colfac.

Iniciou a apresentação com um dado informativo referente à evolução do número de Declarações de Importação no ano de 2021, tendo o período de janeiro a maio como base de cálculo. Uma variação de 13 a 14 mil declarações, um valor que denota um possível grande número de declarações até o fim do ano de 2021. Em seguida, mostrou um resumo incluindo algumas informações das importações contendo uma estimativa da quantidade de DIs desembaraçadas até o mês de maio, o tempo médio de registro-desembaraço, peso líquido total e informações dos recintos. O Delegado explicou que a metodologia do Time Release segmenta o processo de importação. Esclareceu que, para efeitos da apresentação, foi trabalhado o lapso entre o registro até o desembaraço, ou seja, o espaço de tempo em que a aduana está fazendo seu trabalho. Porém, para fazer uma análise integral, seria necessário mais dados.

Informou que na apresentação estão todas as unidades aduaneiras da RFB, com destaque para a ALF/AEG e ALF/MNS. O primeiro segmento apresentado foi o Registro e Seleção, correspondente ao tempo entre o registro da DI e a seleção pela fiscalização. Mencionou a possibilidade de a DI cair em canal verde, não passando pela seleção dos canais vermelho e amarelo, por exemplo. De acordo com os números exibidos no gráfico, a média do tempo de Registro-Seleção da ALF/MNS e ALF/AEG está em paridade com a média das outras unidades aduaneiras. O Delegado informou que a equipe que faz a seleção é a mesma para as duas Alfândegas. Em seguida, disse que é metodologia do Time Release Study indicar o responsável pelo prazo de determinada atividade, de forma que seja possível reduzir o tempo de cargas na aduana. Os responsáveis foram registrados no gráfico.

Em seguida, foram apresentados os dados referentes ao segmento Seleção-Recepção, a recepção documental. Nesta parte, a responsabilidade primária seria do importador, tendo que realizar a anexação dos documentos. Foi identificada uma discrepância na média da ALF/MNS e ALF/AEG, o desvio aponta a necessidade de analisar os fatores que estão ocasionando essa diferença.

Também foram apresentados os dados pertinentes às etapas de Recepção-Distribuição e a Distribuição por Desembaraço. Neste rumo, divulgou os números nacionais, considerando todos os canais: verde, amarelo, cinza e vermelho. Na sequência, uma nova análise dos dados foi mostrada, mas sem considerar o canal verde de conferência.

O Delegado da ALF/AEG comentou que foi realizada uma análise mais detalhada, um resumo dos outros gráficos após o Porto ficar com o tempo acima da média em comparação com as outras unidades. Notou-se que no segmento tempo médio de Registro-Seleção as duas Alfândegas estão na média. Já no tempo médio de Seleção-Recepção, a ALF/AEG não ultrapassou a média, porém a ALF/MNS ficou com o tempo acima da média das outras aduanas. Mas o Delegado da ALF/AEG reforçou que o Segmento de Seleção-Recepção é de responsabilidade do importador. Portanto, o atraso na entrega dos documentos impossibilita uma redução desse tempo e a maior agilidade no processo.

O Delegado da ALF/MNS disse que o tempo pode ser trabalhado e reduzido. Salientou que os números serão mais estudados, pois é importante identificar os erros em cada etapa. A ideia é que se possa ter essas questões bem delineadas de modo que se possa discutir com os intervenientes, buscando diminuir esse tempo.

O representante da Profactory, Sr. Celiomar, disse que vários processos postergam esse prazo, o que contribui para essa questão. Exemplificou mencionando o despacho antecipado, o despacho de projeto e disse que há vários outros assuntos que demandam tempo. Afirmou que a presença de carga e a questão da liberação do Ministério da Agricultura também podem contribuir para a dilação do prazo. Ressaltou que, pelas normas, o importador tem até 20 dias para apresentar os documentos.

O Delegado-Adjunto da ALF/AEG, Auditor-Fiscal José do Vale, destacou que o procedimento de anexação dos documentos deve ter um cuidado maior, com melhorias e uma maior agilidade. Disse que o processo tem demorado bastante.

A Auditora-Fiscal Fernanda Printes comentou que tem se tornado frequente o recebimento de processos para distribuição com vários documentos anexados apenas com o título “documentos diversos outros”, sem a identificação da petição, requerimento ou pedido. Isto obriga a abertura de todos os documentos anexados, até que se localize o pedido apresentado para então proceder ao encaminhamento do processo ao setor responsável. Reforçou que o sistema oferece definições mais claras, para facilitar essa identificação do assunto, como “requerimento”, “petição” ou “pedido”.

Em complemento, a representante da Suframa salientou que os anexos são recebidos sem identificação, o que acaba dificultando o trabalho técnico.

4. TEMAS RELACIONADOS COM O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

A Sra. Mirne disse que o problema enfrentado pela falta de funcionários é crônico e reforçou que a equipe do Mapa está se redobrando para cumprir as demandas. Relatou que o Mapa enfrentou um sério problema nos sistemas, uma instabilidade de rede que impossibilitou o acesso aos programas, o que ocasionou atraso nas demandas e retenção de cargas, principalmente no Porto Chibatão. Porém, informou que alguns Auditores estiveram no Porto para atualizar o trabalho em atraso, uma mobilização com o intuito de zerar o passivo.

O Sr. Adail informou que estava no Chibatão tentando instalar o programa FortiClient para liberar as cargas do Aeroporto.

5. TEMAS RELACIONADOS COM A ANVISA

O Sr. Sérgio Sabino informou não ter nenhuma pauta específica para tratar na reunião. Disse que a Anvisa está aguardando a Portaria de Inspeção Remota, mas ainda está em projeto.

6. TEMAS RELACIONADOS COM OS IMPORTADORES E EXPORTADORES

O Sr. Arnaldo Schneider, representante da CIEAM, questionou se ocorreram mudanças nos horários de parametrização. Perguntou, também, se foram unificados os horários de parametrização do Porto e do Aeroporto. Solicitou uma orientação referente à tabela de horários e como os novos procedimentos estão sendo conduzidos.

O Delegado da ALF/MNS confirmou a unificação e lembrou que o tema já foi colocado em pauta em reunião passada, em que o Chefe do Serad esteve presente para orientar sobre as mudanças.

O Delegado da ALF/AEG respondeu que o horário de liberação do primeiro lote é às 13h30, o segundo lote é liberado 17h30 e o terceiro lote às 21h. Para a Alfândega do Porto, o horário do último lote é diferente: às 22h50. Mas o horário dos dois primeiros lotes permanece em conformidade com o da Alfândega do Aeroporto.

O Sr. Roberto levantou novamente um tema da reunião passada. Lembrou que o Coordenador de TI repassou a informação de que, pela situação orçamentária, a RFB só teria recursos garantidos até 7 de julho. Não havendo reposição, o chefe do TI teria que solicitar a desativação do sistema. O Representante da Fieam pediu informações sobre o tema.

O Delegado da ALF/MNS disse que estavam tratando sobre o sistema da Duimp, esse informativo foi repassado para ser debatido junto à questão dos sistemas. Reforçou que a expectativa é de que a solução esteja sendo encaminhada, assim como em todos os anos. A paralisação não é esperada, de fato.

O Sr. Roberto informou que entrou em contato com a GDD, na Sefaz, que é subordinada ao Dosem. Segundo o Representante da Fieam, quando uma Duimp é registrada, a Sefaz não estabelece um contato com a DAE. Relatou que a Sefaz não está preparada para processar uma Duimp, pois esta não está integrada com a DAE.

Com a palavra, o Sr. Toyoda Noboru, representante da Sefaz, informou que os membros do GDD foram convidados para a reunião. Em relação à DAE e Duimp, o Sr. Toyoda salientou que é necessário um debate com funcionários da TI para verificar a integração. Informou que a DAE e Duimp são sistemas diferentes.

O Sr. Arnaldo ressaltou a necessidade de adoção de providências pela Secretaria de Fazenda, pois a Duimp está sendo implantada. Segundo ele, é fato que a Secretaria do Amazonas vai precisar ajustar-se ao novo modelo de sistema. Sugeriu que a Sefaz busque informações junto à RFB sobre o sistema.

Na sequência, o Sr. Toyoda informou que essa integração é feita através do grupo GP54, grupo de trabalho do Ministério da Fazenda, que cuida da parte de comércio exterior. As reuniões envolvem as Secretarias de cada estado. Em relação ao GDD, os trabalhos estão seguindo, cada estado está se ajustando à Duimp. Provavelmente levará um tempo para a adaptação. Reforçou que é necessário agendar uma reunião com a Sefaz.

O Sr. Arnaldo questionou se o Mapa estaria adaptado à Duimp.

Respondendo à pergunta, a Sra. Mirne disse que havia conversado com um Auditor-Fiscal do departamento de Brasília. Ele comunicou que o assunto Duimp não está sendo tratado no Mapa e que não há previsão a curto prazo para isso. A Representante do Mapa comprometeu-se a verificar a situação junto à coordenação e trazer uma resposta na próxima reunião.

7. TEMAS RELACIONADOS COM OS RECINTOS

O Representante da Aurora-Eadi comentou sobre a parametrização e sobre a mudança nos horários da Sefaz. Relatou que, ao procurar a Sefaz, foi informado que os horários de parametrização seriam iguados aos horários das Alfândegas. O Sr. Wilson afirmou que conversou com o Sr. Luiz, da Unimar, que confirmou essa mudança. Solicitou aos colegas despachantes que verificassem os horários da Secretaria, a fim de confirmar a mudança.

O Sr. Joabe França informou não haver assuntos para tratar por parte do Super Terminais. Apenas mencionou o tema do entreposto e disse que estava esperando uma demanda por parte da Receita Federal.

O Representante do Chibatão não abordou nenhum assunto, mas salientou que estava à disposição para dúvidas sobre assuntos referentes ao Porto.

Em relação à Concessão do Aeroporto por 30 anos, o Sr. Aldecir esclareceu que o Aeroporto não foi vendido. Explicou que no dia sete de abril ocorreu um leilão e que a empresa francesa, Vinci Airports, foi a vencedora. A empresa atua, também, na área de construção civil, com presença em vários aeroportos do mundo e venceu o leilão por 420 milhões. A empresa levará o lote da região norte quase todo, abrangendo 7 Aeroportos: Manaus, Tabatinga, Tefé, Rio Branco, Boa Vista, Cruzeiro do Sul e Porto Velho. O Sr. Aldecir salientou que ainda não houve a homologação do processo licitatório. O cronograma divulgado pela Anac até chegar a fase de contrato deve estender-se até meados de setembro. A previsão é de que até o final do ano, se não houver interposição de recursos, a nova empresa esteja no Aeroporto.

A reunião foi encerrada e lavrada a presente Ata, que será lida, aprovada e assinada pelos participantes na próxima reunião, agendada para o dia 30/07/2021 (sexta-feira).

José Alves Dias
ALF/MNS

Cristiano Demboski
ALF/AEG

Roberto Campos
FIEAM

Sergio Sabino
ANVISA

Arnaldo Schneider
CIEAM

Wilson Oliveira
AURORA EADI

Aldecir de Oliveira

Eric Uchoâ

INFRAERO

CHIBATÃO

Joabe França Barros
SUPER TERMINAIS

Adail Santiago Bandeira
MAPA